



Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Associação civil de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos

Fundada em 26 de abril de 2011 - CNPJ 17.285.299/0001-70

É chegada a hora de, seriamente, o Brasil priorizar a educação de sua população¹

Manifestação pública da Fineduca a respeito do Editorial da Folha de S. Paulo
“Educação a sério” (02/02/2024)

Em seu Editorial de 02/02/2024 a Folha de S. Paulo, “Educação a sério” (Anexo) avaliou que a proposta de meta para o financiamento de um novo Plano Nacional de Educação para o período 2024-2034 apresentada pela Conferência Nacional de Educação (Conae-2024) realizada de 28 a 30 de janeiro de 2024 em Brasília, de se atingir valores equivalentes a 10% do PIB, é “farsesca” e afirmou que o dispêndio atual “é compatível com o padrão global, seja entre países desenvolvidos, seja entre emergentes”.

Os(as) editorialistas para fazerem essas afirmações esqueceram, entretanto, de examinar que valores os “países desenvolvidos” aplicam, por estudante, para compará-los com aqueles aplicados pelo Brasil. Há que se perguntar primeiro: “países desenvolvidos” são aqueles membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)?

O Documento *Education at a Glance* de 2023 apresenta os valores aplicados, por estudante, pelos países da OCDE e utilizam o dólar por poder de paridade de compra (US\$ - PPC) que possibilita a comparação entre países diferentes: no ano de 2020, o valor médio desses países foi em torno de US\$ - PPC 11.000,00 nas diversas etapas da educação básica, enquanto no Brasil, esse valor ficou, em 2018, em torno de US\$ - PPC 3.300,00, segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Verifica-se, portanto, que os valores do Brasil significam em torno de 30% daqueles dos países membros da OCDE.

Caso os(as) editorialistas tivessem se dedicado a ler o Documento Base da Conae – 2024 teriam visto de onde “sairiam tais recursos” e se tivessem se dedicado a examinar o que fizeram, por exemplo, a Finlândia e a Coréia do Sul para atingirem os

¹ Documento elaborado pela Diretoria da Fineduca em 02/02/2024.

níveis educacionais atuais teriam notado, no que diz respeito aos valores aplicados em educação por pessoa de 0 a 24 anos, que: a Finlândia passou de US\$ - PPC 2.241,00 em 1970, para US\$ - PPC 11.355,00 em 2016; a Coreia do Sul passou de US\$ - PPC 151,00 em 1970, para US\$ - PPC 8.230,00 em 2018.

A leitura atenta do Documento Base da Conae 2024 mostraria ainda aos(as) editorialistas que estão explicitadas possíveis fontes da riqueza brasileira – além dos impostos – para que fato semelhante ao da Finlândia ou da Coreia do Sul pudesse ocorrer no Brasil, assim como fizeram outros “países desenvolvidos”, como a Noruega, que constituiu um potente Fundo Soberano com a sua riqueza natural, considerando uma perspectiva intergeracional.

O Brasil possui riqueza para realizar a aplicação de valores equivalentes a 10% do PIB em educação pública e a Nota Técnica da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca) “O Financiamento do PNE (2024-2034): é chegada a hora de priorizar a Educação no processo de desenvolvimento social e econômico do Brasil” explicita em detalhes todas essas fontes e pode ser acessada em: https://fineduca.org.br/wp-content/uploads/2023/12/20231221_Nota_Te%CC%81cnica_10_PIB_apoios.pdf.

Há que se perguntar: até quando o Brasil terá que esperar para iniciar, seriamente, a priorização da educação de sua população? Se nada for feito nas próximas décadas, diversas gerações poderão ser consideradas perdidas educacionalmente, reproduzindo a histórica exclusão social e educacional. Por isso, a hora de virar a chave é agora, com o respaldo do PNE (2024-2034). A geração atual será cobrada pelas gerações futuras por não ter aproveitado a Riqueza Natural brasileira, por não iniciar, já, esse processo, fundamental para o Desenvolvimento Social e Econômico brasileiro.

APOIOS RECEBIDOS A ESTA MANIFESTAÇÃO DA FINEDUCA (Em ordem alfabética)

ABALF – Associação Brasileira de Alfabetização.

ABdC – Associação Brasileira de Currículo.

ABECS – Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais.

ABEH - Associação Brasileira de Ensino de História.

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais.

ABPEE – Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial.

ABRAPEC - Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências.

ABRUC – Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior.

ABRUEM – Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais.

AÇÃO EDUCATIVA.

AEPPA – Associação de Educadores Populares de Porto Alegre.

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

ANEC – Associação Nacional de Educação Católica do Brasil.

ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.

ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração da Educação.

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa e Educação.

ANPG – Associação Nacional de Pós-Graduandos.

ANPOF – Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia.

ANPUH – Associação Nacional de História.

ANUP – Associação Nacional das Universidades Particulares.

ASSINEP - Associação dos Servidores do Inep.

CAMPANHA – Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

CEDECA-Ceará – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – Ceará.

CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade.

CIENTISTAS ENGAJADOS.

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

CONFENEN – Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

CONFIES - Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica.

CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares.

CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

EngD – Movimento Engenharia pela Democracia.

FADS – Frente Ampla Democrática Socioambiental.

FASUBRA SINDICAL- Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil.

FDE – Fórum Distrital de Educação.

FEEMA – Fórum Estadual de Educação do Maranhão.

FEEMS – Fórum Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul.

FEERJ – Fórum Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

FESBE - Federação de Sociedades de Biologia Experimental.

FOHPS – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Fundo Público, Orçamento, Hegemonia e Política Social (UnB).

FORPARFOR - Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais do Parfor Norte

Forpibid-rp - Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais do Pibid e Residência Pedagógica.

Fórum Estadual de Gestão Democrática da Educação do Rio de Janeiro “Professor Jorge Najjar”.

FORUMDIR - Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros de Educação/Departamentos ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras.

FÓRUNS EJA BRASIL – Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil.

FRIPERJ – Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro.

Gempp – Grupo de Estudos Marxistas e Pesquisas em Política Social e Trabalho (UnB).

Geppege – Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Educacional e Gestão Escolar.

Gepud – Grupo Escola Pública e Democracia.

Geppe – Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional.

Grupo de Pesquisa em Trabalho e Educação da FEUSP.

Grupo de pesquisa Tedis - trabalho, educação e discriminação (UnB).

GTPE Adusp – Grupo de Trabalho de Política Educacional da Associação de Docentes da USP.

IJF – Instituto Justiça Fiscal.

MIEIB – Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil.

MNDEM - Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

PROIFES - Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico.

REDE ESTRADO – Rede Latino-Americana de Estudos sobre Trabalho Docente.

REPU – Rede Escola Pública e Universidade.

SBEM – Sociedade de Educação Matemática.

SBEEnBio – Associação Brasileira de Ensino de Biologia.

SBEEnQ - Sociedade Brasileira de Ensino de Química.

SOU_CIÊNCIA – Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência.

UBM – União Brasileira de Mulheres.

UFDPAr – Observatório do Fundo Público.

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

UNE – União Nacional dos Estudantes.

ANEXO

Editorial do jornal "Folha de S. Paulo", 02/02/2024

"Educação a sério"

A recém-concluída Conferência Nacional de Educação (Conae) foi convocada para debater rumos e metas do problemático ensino brasileiro nos próximos anos. O evento, infelizmente, começou sob ataques sensacionalistas de parlamentares conservadores — e terminou com bandeiras demagógicas.

O texto final da Conae, constituída por 64 entidades ligadas ao setor, deve contribuir para a formulação do Plano Nacional de Educação, que ainda será redigido pelo MEC e enviado para votação no Congresso Nacional, onde pode sofrer mais alterações.

A conferência mostrou uma indisfarçável motivação revanchista, entretanto, ao defender o fim da reforma do ensino médio, aprovada em 2017, durante a gestão de Michel Temer (MDB).

As mudanças tiveram início em 2022 e de fato apresentaram problemas de implementação. Entretanto ainda é imperativo o objetivo de conter a evasão escolar por meio do ensino mais focado nos interesses dos alunos.

Obstáculos podem e devem ser contornados com gestão eficiente de recursos e reformulação do currículo — esta já consta do projeto de lei do governo entregue ao Congresso no final de 2023, em processo de debate com os estados.

O documento da Conae mantém, ainda, uma meta farsesca que já faz parte do PNE hoje em vigor, de 2014 — a elevação do gasto público em educação a 10% do Produto Interno Bruto, algo como o dobro do patamar atual.

O dispêndio brasileiro, diga-se, é compatível com o padrão global, seja entre países desenvolvidos, seja entre emergentes.

Se tal propósito fosse sério, deveria ser explicitado de onde sairiam tais recursos, que somam algo como R\$ 500 bilhões anuais. Seriam retirados de outros setores? Ou haveria um brutal aumento de impostos? Quanto União, estados e municípios deveriam alocar?

Dados evidenciam que a educação brasileira precisa antes de gestão do que de mais verbas. Os gastos por aluno têm crescido, em razão da queda da proporção de jovens e crianças na educação, mas os progressos têm sido lentos.

Metas mais palpáveis do PNE de 2014 ficaram pelo caminho. Em vez de 50% das crianças até 3 anos nas creches, há 37,8%; em vez de 25% dos alunos no ensino integral, são 14,4% no ensino fundamental e 20,4% no médio. É sinal de que o plano precisa ou ser mais realista ou mais levado a sério.